

A Assistência Humanitária no Âmbito da Cooperação Sul-Sul: Uma Análise da Liderança Brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)

Henrique do Bomfim Braga Chaves¹

Resumo: Desde o início do século XXI, os fluxos de cooperação internacional têm assumido distintas direções e formas das quais foram originalmente ensejadas. Com a diversificação e com o fortalecimento relativo das posições assumidas pelos principais países do Sul Global, a busca por um protagonismo no âmbito da Cooperação Internacional vem sendo progressivamente almejada como um mecanismo orientado ao aumento do poder destes países, outrora periféricos. Nesse contexto, este artigo analisa a atuação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), sob a ótica do fenômeno da Cooperação Sul-Sul, focando nas circunstâncias que levaram à liderança brasileira nesta Missão, os seus resultados e as respectivas repercussões para a inserção internacional do país neste processo.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Assistência Humanitária; Política Externa Brasileira; Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Haiti; MINUSTAH.

¹ Graduando do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: henriquedobomfim@gmail.com.

1 Introdução

Nos últimos anos, a Cooperação Sul-Sul (CSS) tem se mostrado uma estratégia fundamental na política externa dos países em desenvolvimento, permitindo a reconfiguração dos fluxos econômicos globais e a mudança na inserção internacional dos países mais poderosos do Sul Global. Nesse contexto, a proposta do presente artigo é analisar a cooperação técnica, militar e humanitária prestada pelo Brasil ao Haiti, sob a ótica do fenômeno da CSS, com o objetivo de identificar os determinantes que levaram o país a liderar este projeto de construção da paz e as respectivas consequências internas deste processo tanto para o Haiti quanto para o Brasil.

A hipótese do trabalho é que o Brasil se envolveu em tamanho grau na MINUSTAH e na reconstrução do Haiti após o terremoto de 2010 por três fatores principais: a) Colocar em prática o discurso solidarista historicamente presente na retórica oficial brasileira, promovendo a CSS e efetivando a solidariedade política e econômica no âmbito do Sul Global; b) Elevar sua visibilidade global, levando à consolidação do status de potência regional e o aumento do seu poder relativo no cenário internacional daquele momento; c) Desenvolver expertise no seu contingente operacional militar, técnico e humanitário, além de aprofundar o grau de articulação das instituições domésticas.

Para tanto, além da Introdução e da Conclusão, este artigo se encontra dividido em três partes. Na primeira seção, apresentar-se-á a história recente dos movimentos de Cooperação Internacional, contemplando as suas motivações, métodos e atores principais. Em seguida, se introduz a temática da Cooperação Sul-Sul, explorando as origens deste fenômeno e as suas implicações atuais de caráter organizacional, como a criação do BRICS e do Novo Banco de Desenvolvimento. Na segunda seção, o artigo mostra como o Brasil, protagonista da CSS naquele contexto, agiu nos esforços de reconstrução do Haiti. Para isso, apresenta-se a história do país e os acontecimentos que levaram à criação da MINUSTAH. Em seguida, expõe-se, a partir de dados e fatos, o montante da ajuda técnica, humanitária e militar prestada ao país pelo Brasil e por países terceiros, destacando-se também críticas feitas na condução da operação. Na terceira seção, são discutidas as razões e as motivações desta ostensiva mobilização do aparato estatal brasileiro para os esforços no país estrangeiro, a partir da análise tanto dos fatores domésticos quanto dos fatores internacionais que levaram à decisão de liderar a Missão.

A metodologia utilizada na produção deste trabalho se deu sobretudo a partir do levantamento de dados qualitativos, com o levantamento bibliográfico

das principais obras acerca da temática, como os estudos de Abdenur *et al.* (2017), Valler Filho (2007) e Hamman e Teixeira (2017). As estratégias de investigação utilizadas foram: a pesquisa documental, com a análise de conteúdo acerca do tema; e a pesquisa bibliográfica, a partir dos estudos realizados pelos diversos âmbitos da Academia brasileira, incluindo pontos de vista elaborados por instituições das Forças Armadas e visões críticas sobre a operação. Além disso, foram utilizados documentos produzidos pela Organização das Nações Unidas e as suas respectivas agências acerca do tema, visando extrair os diversos pontos de vista sobre o fato observado.

2 A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Cooperação Sul-Sul: O Processo de Superação dos Fluxos Tradicionais

Nesta seção introdutória, procura-se discutir as políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, contextualizando o seu surgimento no cenário internacional e abordando as suas modalidades, instituições e a evolução dos seus fluxos e direções ao longo dos últimos 80 anos. A princípio, deve-se ter em conta que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pode ser definida como o fluxo de recursos financeiros ou técnicos de um Estado ou de um organismo internacional em direção a um outro Estado, com o objetivo declarado de promover o desenvolvimento. Desse modo, pode assumir variadas formas: técnica, científica, humanitária, educacional, cultural, econômica e financeira (Lopes, 2008). Com as anamorfoses apresentadas no cenário internacional após a exacerbação da globalização na década de 1990, a CID assume, cada vez mais, direções e naturezas distintas, diversificando suas modalidades e seus objetivos. O Brasil é, historicamente, um dos países mais atuantes na CSS, inserida no âmbito da CID, participando de numerosas iniciativas de concessão de ajuda nas últimas décadas, destinadas principalmente à América Latina e à África.

É importante observar que a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a CID passou por um processo de crescente institucionalização, notadamente, na Conferência de Bretton Woods (1944), que promoveu a criação de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, com o objetivo de construir os alicerces para a economia global (Belluzzo, 1997). Assim, tais instituições objetivavam administrar o fluxo global de capitais e de ajuda externa em direção aos países em desenvolvimento, frequentemente condicionando tal ajuda à adoção de políticas econômicas e fiscais específicas.

Nas décadas seguintes, os esforços relacionados à assistência aos países menos desenvolvidos continuaram progredindo. Em 1961, em um movimento encabeçado pelos Estados Unidos, Canadá e pelos países da Europa Ocidental, criou-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada com o objetivo de expandir o volume de recursos para países menos desenvolvidos, elaborando políticas de desenvolvimento, regidas por termos e condições concretos para a concessão da ajuda (OECD, 1994). Dentro da instituição, foi criado o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), o centro das discussões entre as agências de desenvolvimento sobre definições básicas e normas estatísticas sobre a ajuda externa (Hynes e Scott, 2013). A criação de um conceito definido – Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) – é um dos principais feitos do CAD, sendo fundamental para promover a transparência e clareza nos termos da concessão de ajuda externa, gerando aos doadores a capacidade de alcançar os objetivos necessários para o aumento dos seus esforços de assistência.

Segundo Hynes e Scott (2013), os fluxos de recursos eram inicialmente compostos pela concessão de fontes de financiamento, como empréstimos, subvenções e investimentos privados. Entretanto, ao decorrer da segunda metade do século, a natureza dos fluxos foi se tornando cada vez mais diversa, assumindo distintas formas – tais como ajuda técnica e humanitária. Nesse contexto, as nações do Sul Global – principais receptoras de ajuda internacional – e que representavam a grande maioria dos votos na Assembleia Geral das Nações Unidas começaram a expor as suas reivindicações no âmbito da cooperação, mormente com relação à natureza e aos objetivos do recebimento destes recursos. Uma vez que não desempenharam qualquer papel nesta arquitetura econômica desenhada por Bretton Woods, o diálogo Sul-Sul foi sendo reforçado como uma maneira de reivindicar formas inclusivas de desenvolvimento no âmbito da CID.

O processo de descolonização dos países afro-asiáticos, a renovada consciência da América Latina quanto a seu atraso estrutural e o deslocamento dos focos de tensão mundial do centro desenvolvido para a periferia colocavam o tema do desenvolvimento no palco dos debates internacionais (Valler Filho, 2007). Nesse contexto, a criação do Movimento dos Não-Alinhados, ensejada na Conferência de Bandung (1955) representa o primeiro esforço para criar uma identidade do Terceiro Mundo (Leite, 2011). Naqueles anos, tinha-se a percepção de que as nações do Sul estavam sendo excluídas das benesses do vertiginoso crescimento global – o que não vinha significando, entretanto – a melhoria das condições de vida das suas populações.

Segundo Cervo e Bueno (2011), esta identidade foi coerente dentro dos objetivos globais das décadas de 60 a 80, mostrando uma ação política racional e relativamente unificada, diferentemente dos países do Norte. Ainda assim, a criação de organizações e fóruns de debate, como o Grupo dos 77, em 1964 – a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento nas Nações Unidas (The Group of 77, 2024) – foi mostrando um progressivo engajamento, essencial para o desenvolvimento do diálogo Sul-Sul. Como resultado disso, na década de 1970, aumentou-se o reconhecimento, por parte dos países doadores, de que os termos de concessão de ajuda necessitavam ser melhor adaptados para os países menos desenvolvidos, em um contexto generalizado de endividamento (Hynes e Scott, 2013), causado pelas crises do petróleo e pelo aumento dos juros internacionais.

Na década seguinte, o fim da Guerra Fria e a emergência do sistema multipolar representam uma quebra de paradigma fundamental no âmbito da cooperação internacional. Em um quadro marcado pela globalização, pelo crescimento econômico e por convergências institucionais na esfera econômica, como a criação da OMC e de blocos regionais, os países do Sul começaram a preencher espaços de protagonismo na dinâmica econômica mundial. Outrora protecionistas, mercados consumidores de larga escala como o Brasil, a China e a Rússia começaram a apresentar processos de liberalização e de integração progressiva às dinâmicas das cadeias globais de valor (Back, 2020).

De forma a acompanhar a mudança ocorrida na ordem global, os fluxos de Cooperação Internacional também sofreram alterações significativas. Hodiernamente, nota-se a diversificação dos atores, e sobretudo, o papel crescente dos países do Sul neste processo (Abdenur e Fonseca, 2013). O exemplo mais visível desta dinâmica está centrado no conjunto de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Impulsionados pelas semelhanças domésticas em suas características sociais, econômicas e geográficas, tais países se agruparam em 2009, criando o BRICS. A institucionalização foi, sobretudo, criada pelo desejo conjunto de ter mais influência nas questões de governança global (Abdenur e Folly, 2017), deixando em evidência a seara da cooperação internacional – um dos pivôs do aumento de poder dos integrantes deste grupo.

Recentemente, estes países efetivaram um passo importante na dinâmica da CSS: a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que representa a institucionalização de um mecanismo designado exclusivamente para a cooperação, destinado à superação de lacunas financeiras para projetos de infraestruturas e, principalmente, à promoção do desenvolvimento sustentável no Sul Global (Abdenur

e Folly, 2017). Ainda assim, as operações de financiamento do Banco financiam projetos de desenvolvimento sustentável, com um enfoque especial na obtenção de benefícios socioeconômicos e ambientais (New Development Bank, 2022).

Fica claro, portanto, como os países emergentes atuam na Cooperação Sul-Sul de maneira a promover uma nova arquitetura para a CID, na medida em que reduzem a diferença de capacidades, outrora latente, entre esse novo grupo e os doadores tradicionais do Norte Global (Oliveira, Onuki e Oliveira, 2006). Agora, os países que possuem características de renda média passaram a ser, mais que líderes políticos do Terceiro Mundo – como na Conferência de Bandung e no Movimento dos Não-Alinhados – verdadeiros provedores de ajuda oficial direta. Nesse sentido, segundo Leite (2011), se até agora a cooperação para o desenvolvimento era realizada “em” países de renda média, nos últimos anos os doadores tradicionais passaram a realizá-la “com” países de renda média. Como consequência, o Norte Global vem procurando, cada vez mais, a ajuda das economias em desenvolvimento para promover o progresso nas principais agendas internacionais.

3 A Cooperação Sul-Sul no Âmbito da Ajuda Humanitária: A Atuação Brasileira no Haiti

Nesta seção, procura-se discutir, no âmbito da Cooperação Sul-Sul, a liderança brasileira no processo de reconstrução do Haiti. Uma vez que já foi apresentada a nova dinâmica da Cooperação Internacional, esta parte vai contextualizar a situação histórica do Haiti e do Brasil quando no momento do planejamento e efetivação da Missão de Paz e subsequente cooperação bilateral entre os países. Uma vez que o Brasil é um país do chamado Sul-Global, quando este assume uma postura de doador de recursos de ajuda externa, põe-se diante do fenômeno da Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido,

Estes países partilham um discurso comum de oposição parcial ao modelo elaborado pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), apresentando-se como representantes do Sul global, enquanto afirmam defender os interesses dos países em desenvolvimento na arena internacional. Estes países posicionam-se como fornecedores de um modelo diferente de ajuda ao desenvolvimento (Renzio e Seifert, 2014, p.1865).

A CSS realizada pelo Brasil começou a ser crescentemente dinâmica a partir da primeira década do milênio. A ajuda externa passou a compor as bases da política externa do Governo Lula (2003-2010) – com a atuação no Haiti sendo um dos

principais eixos desse processo – por meio de políticas de cooperação técnica e para o desenvolvimento que focaram, principalmente, no âmbito do progresso em áreas-chave como agricultura, saúde e assistência humanitária (Renzio; Seifert, 2014).

O Haiti é um país localizado na Ilha de Hispaniola, situado na bacia do Caribe. Ali se desenvolveu a mais rica das colônias francesas do Novo Mundo, denominada Saint-Domingue, “*la perle des Antilles*” (Valler Filho, 2017). Entretanto, atualmente o Haiti é o país mais pobre do continente americano, ocupando a posição global de 158º, de 193 países avaliados com base no Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2024).

No final do século XVIII, nos ares da Revolução Francesa, o Haiti passou por um movimento sem precedentes na história moderna – a Revolução Haitiana, um intento bem-sucedido de transgredir os laços do sistema social imposto pelos franceses. Paradoxalmente, o país baluarte da tradição iluminista liberal, calcada nos princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade – e que teria fundado as premissas dos Direitos Humanos e do Constitucionalismo no Ocidente – era no mesmo momento da sua própria Revolução, uma metrópole colonial escravista e extrativista (Wolkmer, Bravo e Fagundes, 2017).

No dia 1º de janeiro de 1804, o movimento capitaneado pela elite crioula e por negros escravizados alcançou a independência do país criando a primeira República negra do mundo – pioneira no processo de rompimento com colonialismo europeu na América Latina, que iria implodir naquele século. Até aquele momento, nenhuma sociedade escravista da história havia sido capaz de derrubar sua classe dirigente e proclamar um Estado livre (Marques, 2017).

Entretanto, o primeiro século de existência do Haiti foi marcado por uma contínua instabilidade política. Devido à falta de diversificação econômica, às pesadas dívidas impostas pelos franceses² e às intervenções militares levadas a cabo pela *big stick policy* norte-americana, que ocupou o país de 1915 até 1934, políticas contínuas de desenvolvimento institucional e econômico foram severamente afetadas. Em 1957, o médico haitiano François Duvalier assumiu a presidência do país, governando-o de maneira autocrática até sua morte, em 1971, quando

2 Após a Independência Haitiana em 1804, a França impôs uma dívida massiva ao novo país como condição para reconhecer sua soberania. A “Dívida da Independência” custou 150 milhões de francos e foi um dos principais fatores que impediram o desenvolvimento econômico do Haiti ao longo dos séculos (Fosdick, 2013).

foi substituído por seu filho Jean-Claude Duvalier, que governou até 1986. Nesse contexto, o Haiti perdeu as suas condições de competir no mercado internacional em seus principais produtos – café e açúcar – enquanto passava por um regime marcado por sérios abusos dos Direitos Humanos. Segundo Castor (1995), os anos entre 1957 e 1987 foram responsáveis não só pelo desmonte das instituições estatais do país, mas também pela desmobilização total do povo haitiano.

A partir de 1987, o país passou a ser administrado por governos provisórios que não conseguiram vencer as dificuldades políticas, econômicas e sociais do Estado, aprofundadas durante o período dos Duvalier (Valler Filho, 2017). Em 1991, o padre Bertrand Aristide, sacerdote de esquerda, foi eleito presidente do país, entretanto, após sofrer um golpe de Estado no mesmo ano, buscou exílio nos Estados Unidos. Em seguida, em 1994, a Operação *Uphold Democracy* deslocou 20 mil soldados norte-americanos para a Ilha de Hispaniola, visando o retorno da ordem constitucional. Com este patrocínio político norte-americano, Aristide viria a ser reconduzido à presidência em 1995 – em um contexto de deterioração crescente da situação interna e sob a pressão dos EUA para a adoção de medidas econômicas agradáveis ao Consenso de Washington (Bell, 2013), o que geraria consequências econômicas desastrosas para a população local.

Assim, na década de 1990, adensam-se as iniciativas internacionais para o Haiti, sob a pretensa justificativa de restaurar a democracia e promover a segurança. Entre 1993 e 2004 (período anterior à MINUSTAH) cinco missões internacionais³ desembarcaram no país (United Nations, 2025), com foco prático no fortalecimento institucional e na capacitação operacional da Polícia Haitiana. Mesmo assim, no ano de 2002, o Haiti ainda continuava em um estado de inoperatividade institucional – em um contexto marcado por uma virtual inexistência da capacidade de governar do Estado haitiano. Naquele contexto, o autor Pierre-Charles (2004) ofereceu o seguinte diagnóstico das relações de poder existentes no país:

O Estado haitiano, durante este último século, não conseguiu alcançar uma adequação estrutural, nem o seu funcionamento, e nem métodos ou resultados adequados ao mundo moderno. No terreno político, econômico,

3 Sendo elas: MICIVIH – Missão Civil Internacional no Haiti (1993); UNMIH – Missão das Nações Unidas no Haiti (1993); UNSMIH – Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (1996); UNTMIH – Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (1997) e a MIPONUH (1997-2000) – Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (United Nations, 2025).

social e cultural, este Estado parece permanecer na América Latina do século XIX, marcada por uma autocracia desmedida que ignora as exigências das maiorias - em termos de democracia, justiça, progresso e desenvolvimento. Um Estado que era expressão de uma oligarquia debilitada (de militares, homens de negócios ou políticos) não consegue - apesar das influências modernas importadas do estrangeiro, na modalidade de capital ou de modelo econômico - **administrar uma sociedade nem estimular as forças motrizes suscetíveis de garantir seu desenvolvimento. Não apresentando legitimidade nem a representação real dos produtores ou dos trabalhadores, o Estado se mostra fraco e débil na estruturação de uma organização social, com as relações de poder funcionando com base na extorsão** (Pierre-Charles, 2004, p. 236, tradução nossa, grifo nosso).

Uma rebelião armada realizada pelos partidários da Frente de Resistência Revolucionária do Artibonite foi a gota d'água para a desestabilização definitiva do país. Ao se aproximarem da capital Porto Príncipe, na iminência de um banho de sangue, o Presidente Aristide renunciou e partiu para o exílio novamente. Com a sua queda, o país retomaria seu espaço como um dos principais temas das agendas diplomáticas regionais e internacionais (Valler Filho, 2017). O episódio levou o Haiti a um estado de quase guerra civil, com colapso de instituições, domínio territorial de gangues, deterioração de segurança e violação dos Direitos Humanos (Simões, 2011).

Nesse contexto, logo em fevereiro de 2004, o Governo brasileiro manifestou disposição de contribuir, na medida de suas possibilidades, para os esforços em prol da estabilidade e da reconstrução democrática no Haiti após a saída do Presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide (Leite, 2011). Perante as dificuldades no âmbito interno – causadas também pela ineficácia das cinco missões pregressas em garantir a paz – o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 1.529, de 29 de fevereiro de 2004, criando a Força Multinacional Interina de Paz, enviada ao Haiti com autorização de permanência por noventa dias. Em abril do mesmo ano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da MINUSTAH, a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Simões, 2011), que seria liderada pelo Brasil. A base legal para as Missões de Paz da ONU está contida no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que transfere ao CSNU a capacidade de criá-las em conformidade com o artigo 1º da Carta, que preza pela manutenção da paz e da segurança internacional.

O Governo brasileiro participou ativamente da MINUSTAH, tanto pela ótica da segurança, com o envio de contingente militar superior a 30 mil homens, quanto pela da justiça social, provendo assistência médica, técnica e educacional. Ainda assim, o país patrocinou mais de dez acordos de cooperação nas áreas de saúde, agricultura e formação profissional e engajou-se em campanhas internacionais para a obtenção de fundos para projetos de desenvolvimento (Leite, 2011). Também foram planejadas iniciativas de incentivo à migração para o Brasil, oferecendo possibilidades de mobilidade acadêmica, como o programa Pró-Haiti, que garantiu vagas em instituições de ensino superior brasileiras para haitianos em situação de visto humanitário, encorajando a inserção social e qualificação daqueles que optaram por vir ao Brasil (Almeida, 2022).

Com isso, as relações bilaterais foram se desenvolvendo para um grau de diálogo político de alto nível. Assim, a participação das tropas brasileiras na operação resultou no maior desdobramento de um contingente militar do país desde a Segunda Guerra Mundial, sendo a operação de paz mais longa levada a cabo pelo Brasil, fazendo com que o exercício ininterrupto de comando da MINUSTAH se tornasse um dos maiores esforços de assistência humanitária da história do país.

Os primeiros esforços da Missão de Paz centraram-se na construção de um processo político. Entre 15 de julho de 2004 e 22 de maio de 2006, a administração do país esteve a cargo do chileno Juan Gabriel Valdés, Secretário Geral das Nações Unidas no Haiti. Coube a Valdés a tarefa de melhorar o diálogo entre os diversos partidos políticos do país e, inclusive, entre seus braços armados (Corbellini, 2009). Em seguida, o enfoque da MINUSTAH passou a ser a questão da segurança – nas quais as forças lideradas pelo Brasil atuaram na contenção da violência generalizada, a partir da pacificação de zonas críticas. Ainda assim, no âmbito da Coordenação Humanitária e de Desenvolvimento (CHD), o Brasil exerceu papel de protagonismo, com esta divisão sendo chefiada pelo brasileiro Luiz Carlos da Costa.

Entretanto, os desafios de ordem estrutural no Haiti vieram-se somar com os catastróficos efeitos humanitários e materiais do terremoto de 12 de janeiro de 2010 (Simões, 2011). Conforme dados do governo haitiano, o abalo sísmico gerou mais de 200 mil vítimas fatais e cerca de 1,2 milhão de desabrigados, em um país já abalado por problemas de todos os gêneros. Ainda assim, diversos funcionários

do alto escalão das Nações Unidas morreram nessa catástrofe: o tunisiano Hédi Annabi, chefe da MINUSTAH, Luiz Carlos da Costa, o líder da CHD, e mais 20 brasileiros que estavam no país exercendo cargos militares, civis e humanitários (Hamann e Teixeira, 2017).

Como resposta, o Conselho de Segurança, pela resolução 1908 de 19 de janeiro de 2010, endossou a recomendação do Secretário-Geral de aumentar os níveis globais das forças da MINUSTAH para apoiar os esforços imediatos de recuperação, reconstrução e estabilidade no país, estendendo a duração da missão. Desde os primeiros dias após o terremoto, o Brasil iniciou uma campanha de ajuda humanitária direta ao Haiti, que teve os seus esforços de sustentação comparáveis a uma operação militar de grande escala no exterior. A atuação foi marcada por uma resposta rápida que mobilizou diversos recursos de pessoal e econômicos, como a Força Aérea Brasileira e empresas nacionais de engenharia, conforme destacado por Vieira Neto (2017):

A Força Aérea Brasileira prestou ainda enorme contribuição, ao desdobrar no país um **hospital de campanha**, que iniciou o funcionamento em apenas sete horas após o início de sua montagem. O hospital aumentou, em muito, **a capacidade de atendimento à população**, pois a rede local ficou completamente afetada pelo terremoto e o hospital da ONU estava se dedicando, com prioridade, ao atendimento do pessoal da MINUSTAH. Adicionalmente, empresas brasileiras de engenharia que estavam prestando serviços na República Dominicana e no próprio Haiti cederam seus meios, em especial caminhões, para ajudar **a remoção de escombros da capital e cidades vizinhas**, aumentando, sobremaneira, a capacidade da missão. Esses são exemplos concretos do **inquestionável espírito de solidariedade** que, reconhecidamente, concede ao Brasil um status especial e que contribuem, sobremaneira, para **fortalecer a credibilidade e o respeito do país no contexto internacional** (Vieira Neto, 2017, p. 21, grifo nosso).

A catástrofe gerou um aumento exponencial da ajuda prestada por vários países ao Haiti, especialmente nas modalidades de Projetos de Impacto Rápido (QIPs, da sigla em inglês) e de ações diretas. Nesse contexto, o Brasil aumentou a entrega de ajuda humanitária e a provisão de serviços médicos e dentários à população, destacando-se ainda, o aumento do contingente de voluntárias do sexo feminino, favorecendo o combate a possíveis vítimas da violência sexual e de gênero – problema exacerbado com a presença de militares estrangeiros no país

– mostrando a importância de se incluir abordagens de gênero em questões de paz e segurança (Giannini e Costa, 2017).

O Brasil se destacou, ainda, no plano da doação de alimentos, com a Companhia Nacional de Abastecimento contribuindo diretamente com mais de 24 toneladas de alimentos e oferecendo a elaboração de planos de estudos para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção da segurança alimentar do país, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Conab, 2024). Estes indicadores mostram o tamanho dos esforços de articulação institucional que permitiram a coordenação da ajuda humanitária brasileira em vários níveis.

Contudo, aspectos negativos também devem ser observados na condução da MINUSTAH. Em 2010, uma epidemia de cólera afetou uma parcela da população haitiana, com cerca de 800 mil ocorrências e 9 mil mortes confirmadas (ONU, 2017). Estudos independentes associaram o início da infecção generalizada aos militares nepaleses a serviço da missão, com evidências de despejo ilegal de tanques de resíduos em rios haitianos sendo apontadas pelas investigações (Piarroux, 2011). Além disso, há relatos de violência sexual e de violência de gênero praticadas pelos militares estrangeiros no Haiti. Em entrevistas realizadas com 2541 haitianos e haitianas, 680 pessoas assinalaram que determinados integrantes das tropas apresentaram um comportamento sexual considerado inadequado (Vahedi *et al.*, 2021). Estes dois aspectos ressaltados expõem severas contradições com relação aos objetivos iniciais da missão de paz, indo em desacordo com o planejamento inicial ensejado pelas Nações Unidas.

4 As Motivações Brasileiras para a Cooperação Técnica, Militar e Humanitária no Haiti

Nesta seção, procurar-se-á investigar as razões e circunstâncias situacionais que motivaram tamanho grau de envolvimento brasileiro na Missão de Estabilização do Haiti, com o intuito de compreender a ação do país no âmbito da Cooperação Sul-Sul. Para tanto, deve-se considerar as configurações de política externa do governo brasileiro à época e a situação geopolítica do momento, marcada pelo crescimento de entendimentos multilaterais e pelo aumento gradativo do poder

relativo das potências regionais, como Brasil, China, Índia e Rússia. A razão última da política externa brasileira, na época, era motivada pela obtenção do reconhecimento do Brasil como ator político global de primeira ordem no sistema internacional – policêntrico e em formação – o que se traduziu na busca por um posto permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Ricupero, 2016). Um dos principais mecanismos para tal era colocar em prática:

A ênfase na dimensão Sul-Sul (ou seja, entre os países subdesenvolvidos ou emergentes da África, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania), ensejada naturalmente pela forte e visível emergência da China, da Índia e da África do Sul e pela retomada do crescimento africano e expressa na proliferação de foros de contatos, alguns superpostos aos gerais – Ibas, Brics em parte – e outros originais – Afras (Cúpula África-América do Sul), Aspa (Cúpula América do Sul-Países Árabes), Cúpula Brasil-Caricom (Caricom: Mercado Comum e Comunidade do Caribe), etc. (Ricupero, 2016, p. 646, grifo nosso).

Assim, o universalismo da política externa brasileira era marca indispensável nos discursos veiculados pelo Itamaraty, em um contexto no qual a necessidade de promover a CSS se dava como um mecanismo para provocar a multilateralidade das relações internacionais (Simões, 2011). Segundo Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores dos dois primeiros mandatos do Governo Lula (2003-2010), a principal motivação ao assumir a liderança da MINUSTAH foi a de evitar que o Haiti, a primeira república negra do mundo, caísse no abandono, em um círculo vicioso de instabilidade e conflito (Brasil, 2007). Para tanto, dever-se-ia pautar a ação política da missão por meio de um tripé: estabilização, diálogo e capacitação institucional do país.

Ao transbordar as barreiras do discurso oficial, uma série de análises interpreta a participação brasileira como um instrumento de expansão do *soft power* do país no contexto latino-americano e como promotor do seu prestígio na ordem internacional (Fishel e Saenz, 2007). Assim, ao se contrapor ao poder geopolítico estadunidense no continente americano, o Brasil consolidaria a sua posição de liderança regional (Valença e Carvalho, 2014), ao mesmo tempo que fortalecia o seu papel no Sul Global.

Segundo as palavras do chanceler brasileiro, “O Brasil sempre pautou pela não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados. Mas o preceito da

não-intervenção deve ser visto à luz de outro preceito, baseado na solidariedade: o da não indiferença”. (Amorim apud Saraiva, 2007 p. 49). Ficava cada vez mais claro, nesse contexto, o tamanho enfoque prestado pelo Brasil no âmbito hemisférico, enquanto se preocupava em afastar acusações de intervencionismo e assumia um discurso oficial repetidamente solidário como propulsor da sua ação frente aos países em desenvolvimento.

Desde o início do século, a política externa brasileira teve entre suas prioridades a cooperação internacional para o desenvolvimento com países “do Sul”, com ênfase no fortalecimento de capacidades estatais e em políticas sociais, como uma maneira de criar ou fortalecer laços políticos e comerciais, obter maior projeção internacional e dotar esses países de protagonismo em suas políticas públicas (Sá e Silva, 2016). Nesse contexto, é importante mencionar que, na visão da diplomacia brasileira, a CSS não se propõe reproduzir os mecanismos da antiga assistência técnica Norte-Sul. Em vez disso, as maiores vantagens comparativas da cooperação horizontal residem nos esforços conjuntos para a resolução de problemas comuns por parte dos países em desenvolvimento (Simões, 2011). O Brasil apresenta, desse modo, uma discordância fundamental em termos da natureza da Cooperação Internacional ensejada pela OCDE e pelos países doadores do Norte Global, apresentando novas modalidades de cooperação.

Fica claro como essa abordagem foi colocada em prática por meio de planos de ação multifacetados, baseados não somente na ação militar ou na cooperação de caráter econômico (Simões, 2011). Segundo a visão da diplomacia brasileira, a estabilização do país em termos de paz devia passar pela estruturação institucional do processo político e pela superação de problemas crônicos como a educação, a violência e a fome, característicos dos países em desenvolvimento (Simões, 2011). Nesse sentido, Duarte (2013) ressalta que o Brasil entende que o principal objetivo da cooperação internacional é a busca do bem-estar e do progresso, e não interesses econômicos ou políticos. Essa quebra de paradigma teria suas origens na tradição diplomática brasileira, calcada nos princípios da não intervenção e de respeito à soberania, e mais recentemente com o princípio da não indiferença. Além disso, é fundamental levar em conta que o Brasil, por ser um país doador oriundo do

próprio Sul Global, já tem certa experiência histórica e institucional na agenda da superação de problemas sociais.

Entretanto, não se deve ignorar que a atuação do Brasil também tem seus interesses particulares. Por exemplo, é fato que a cooperação técnica brasileira vem sendo um mecanismo importante para a criação de condições para a expansão internacional das companhias nacionais (Renzio e Seifert, 2014). Desse modo, o Brasil pode utilizá-la como um instrumento de prática da solidariedade, mas ao mesmo tempo, assim o faz justamente porque almeja fortalecer a sua ambição de liderança nas reivindicações dos países em desenvolvimento (Dauvergne; Farias, 2012) enquanto oferece oportunidades de ampliação de mercado das suas empresas estatais e multinacionais.

No mesmo sentido, estudos apontam outros interesses pragmáticos da decisão brasileira, calcados em motivações oriundas do aumento das articulações e de compliance entre as instituições Forças Armadas e do Ministério da Defesa (De Sá, 2015), gerando a abertura do diálogo em canais ministeriais e esforços de maior articulação institucional (Brigagão, 2011). Enquanto isso, o envolvimento na MINUSTAH promoveu experiências *in loco* para os militares da Aeronáutica e do Exército do Brasil (Uziel, 2010), o que gerou, após o retorno destes, uma qualificação do quadro de pessoal das Forças Armadas brasileiras, tanto para futuras operações de paz no exterior quanto para atuações no âmbito doméstico. As estratégias operacionais utilizadas em situações de patrulhamento intensivo, pacificação de áreas urbanas de alta complexidade, operações noturnas e enfrentamento direto a grupos armados ilegais (Abdenur *et al.*, 2017) são exemplos de extração de expertise que seriam utilizadas em solo nacional. Contudo, tais experiências *in loco*, por sua vez, foram severamente criticadas internamente, sobretudo por implicarem em sérias violações dos Direitos Humanos, especialmente se forem levadas em conta as operações militares realizadas pelas Forças Armadas em favelas e comunidades brasileiras no início da década de 2010.

Conclusão

Ao fim e ao cabo, reitera-se que a decisão de liderança na MINUSTAH foi fruto da tentativa de aliar o discurso da solidariedade política com as ambiciosas

pretensões de poder brasileiras, avolumadas naquele contexto internacional favorável. Em um momento de vertiginoso crescimento econômico e aumento do seu reconhecimento político do Brasil como um *player* global de primeira instância, a MINUSTAH proporcionou ao país as condições de materializar as suas históricas ambições de solidariedade global – há tempo presentes no discurso da política exterior do país e exacerbados na retórica do Governo Lula. Além disso, o Brasil fortaleceu a sua expertise na atuação em desastres humanitários e qualificou agências estatais e as Forças Armadas para as suas ações, apresentando uma ampliação do diálogo institucional.

Assim, ao acompanhar as tendências dos fluxos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, o Brasil pôs em prática os seus imperativos de promover a CSS, por meio da assistência militar, técnica e humanitária – que contribuíram tanto para uma melhora da imagem do país no âmbito do Sul Global quanto para um sucesso relativo da MINUSTAH, especialmente entre 2004 e 2010. No terremoto, a atuação brasileira refletiu aspectos de protagonismo e de liderança, assumindo a responsabilidade pelo abrandamento dos efeitos avassaladores da catástrofe natural.

Contudo, críticas contundentes à condução da Missão não podem ser desconsideradas. É pertinente o questionamento ante: o comportamento das Forças Armadas com relação ao tratamento direto com o povo haitiano; o emprego de violência armada e de tecnologias de guerra no território do país; e à reprodução deste tipo de *expertise* militar em solo nacional, gerando dúvidas quanto à legitimidade deste tipo de ação e quanto aos reais benefícios a populações atingidas por contextos de violência e instabilidade institucional.

No âmbito da política externa, durante os dois primeiros governos do Presidente Lula (2003-2010), é fato que o Brasil ganhou crescente relevância, abrindo canais de diálogo, consolidando a sua liderança no âmbito inter-americano e aumentando a sua receptividade na África e no Oriente Médio. Assim, passou a ser voz global nos fóruns internacionais, atuando como mediador em assuntos que outrora não ousava, como o caso das sanções contra o Irã. Ainda, vale mencionar como a escolha do país para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, os dois eventos esportivos mais populares do mundo, representou uma

vitória para a diplomacia nacional, atraindo olhares internacionais para o seu solo. Não se pode superestimar o papel da liderança na Missão de Paz em todo este processo, mas é fato que ela compõe uma mudança de interpretação acerca do papel do Brasil no sistema internacional, sendo deliberadamente inserida no projeto de projeção global ensejado pelo país naquele contexto.

Contudo, o Brasil apresentaria, justamente no contexto desses eventos esportivos, um declínio abrupto na sua posição global. Na década seguinte, impulsionada por determinantes de cunho doméstico, como a estagnação econômica, o aumento da inflação e escândalos de corrupção, o país entrou em uma profunda crise política. O abalo das instituições democráticas, o esgotamento do presidencialismo de coalizão e o aumento da polarização política ecoaram para a condução da política externa, fazendo com que os esforços na Cooperação Sul-Sul reduzissem gradualmente no período que compreende os anos de 2010-2022, deixando de ser uma prioridade na política externa do Brasil.

Da mesma maneira, a MINUSTAH também sofreu sérias adversidades na última década. No abalo sísmico, a morte de centenas de milhares de haitianos e a completa destruição da já frágil infraestrutura do país inaugurou um novo período de insegurança pública, fragilidade institucional e uma severa crise econômica. Em 2017, a ONU anunciou o fim da MINUSTAH, substituindo-a pela MINUJUSTH (Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti), procurando seguir com os progressos na área institucional, através do fortalecimento dos Direitos Humanos, do sistema judiciário e eleitoral, além de enfatizar a ajuda humanitária, o desenvolvimento econômico e as políticas de segurança e paz. A MINUJUSTH encerrou o seu mandato no ano de 2019, findando os 15 anos de atuação das Nações Unidas no Haiti.

A partir de 2023, com o terceiro mandato do Presidente Lula, o país parece retomar os eixos da Cooperação Sul-Sul como uma prioridade de Política Externa, reiteradamente mencionada nos discursos do Ministério das Relações Exteriores. Prova disto é que, em março de 2023, o Brasil voltou a expressar apoio ostensivo aos esforços de pacificação do Haiti, através do suporte da Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MMS). Entretanto, o cenário internacional atual é menos favorável para o protagonismo, sobretudo quando se consideram as

incertezas na temática da segurança militar e o aumento considerável da distância relativa em matéria de poder entre o Brasil e os demais players globais, sobretudo no âmbito econômico e tecnológico.

Enquanto isso, a natureza da Cooperação Internacional continua a mudar, impulsionada pelo Sul e pelas crescentes divergências apresentadas na articulação política entre o Norte Global acerca de temas-chave, como a segurança europeia e o poderio econômico chinês. Nesse cenário, surgem novas dinâmicas, como o maior engajamento de países como o México e a Indonésia na CSS, imensos investimentos chineses na África e na América e a reconfiguração nas preferências econômicas e comerciais dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto marcado pelas crescentes cisões entre os principais polos de poder globais, o Brasil busca retomar parcela da sua importância a partir do encorajamento de iniciativas como a ampliação do BRICS e o retorno aos intentos da integração latino-americana, utilizando a CSS como mecanismo de promoção do desenvolvimento global. Ao fim, o país segue adequando a Cooperação Internacional – em suas diversas formas e modalidades – aos interesses nacionais, promovendo iniciativas de ajuda humanitária, técnica e econômica para o Sul Global, com o intuito último de aumentar a sua capacidade de influência e de promover a imagem de uma nação sensível aos problemas dos países em desenvolvimento.

The Humanitarian Assistance in the Framework Of the South-South Cooperation: An Analysis of the Brazilian Leadership in the United Nations Stabilization Mission in Haiti

Abstract: Since the beginning of the 21st century, International Development Cooperation (IDC) flows have assumed different forms and directions than those originally intended. With the diversification and the relative strengthening of the positions assumed by the main countries of the Global South, the searching for a leading role in the scope of IDC has been progressively sought as a mechanism aimed at increasing the international presence of these countries, which were once peripheral. In this context, this article analyzes Brazil's role in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), from the perspective of the phenomenon of South-South

Cooperation, focusing on the circumstances that led to Brazilian leadership in this Mission, its results and the respective repercussions for Brazil's international insertion in this process.

Keywords: South-South Cooperation; Humanitarian Assistance; Brazilian Foreign Policy; International Cooperation for Development; Haiti; MINUSTAH.

Referências

ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. The New Development Bank and the Institutionalization of BRICS. In: **BRICS: Studies and Documents**. 1ª. ed. Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 77-112, 2017.

ABDENUR, Adriana Erthal; FONSECA, João Moura Estevão Marques da. The North 's Growing Role in South– South Cooperation: keeping the foothold. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 8, p. 1475-1491, 2013.

ABDENUR, Adriana Erthal; KUELE, Giovanna; FOLLY, Maiara; MACEDO, Gustavo. O Brasil e a MINUSTAH: lições a partir da literatura acadêmica. Separata de: HAMANN, Dra. Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Cel. Carlos Augusto Ramires. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro-RJ: Instituto Igarapé, cap. 2, p. 16-23, 2017.

ALMEIDA, Felipe Cordeiro de. Universidades federais de missão institucional internacional e seu papel para a política externa brasileira. 2022. **Tese (Doutorado em Relações Internacionais)** – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2022.

BACK, Silvia Natalia Barbosa. **A liberalização comercial em âmbito global sobre os fluxos comerciais e de investimento externo direto (IED) dos países do BRICS – período 2000 a 2015**. 2020. 243 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2020. Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

BELL, **Beverly**. **Fault Lines: Views Across Haiti's Divide**. Ithaca, NY: Cornell University Press, p. 30–38. ISBN 978-0-8014-7769-0, 2013.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, Campinas,-n. 4, p. 1-20, 1997.

BRACEY, Djuan. “O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti”. **Contexto Internacional**, vol.33, n.2, pp.315-333, 2011.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa: posições do Brasil**. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BRIGAGÃO, C. **Paz, Segurança Internacional e a Inserção Brasileira**. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CASTOR, Suzy. Haití: El reto de una nueva policía. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.136, p. 6-13, Mar./abr. 1995

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª. ed. rev. e aum. Brasília-DF: Editora UnB, 2011.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Ajuda Humanitária Internacional**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/abastecimento-social/ajuda-humanitaria-internacional>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti: da Crise à MINUSTAH**. Orientador: Dr. Raúl Enrique Rojo. 2009. 155 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2009.

DAUVERGNE, Peter; FARIAS, Déborah. The Rise of Brazil as a Global Development Power. **Third World Quarterly**, v. 33, ed. 5, p. 903-917, 2012.

DE SÁ, E. J.. **A decisão brasileira de participar da MINUSTAH**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2015.

DUARTE, Rubens de Siqueira. Inovar ou seduzir: uma análise do discurso oficial brasileiro para a cooperação internacional. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 10, n. 1, p. 27-39, 1º sem, 2013.

FOSDICK, Charles. Haiti and France: Settling the Debts of the Past. In: GENDERSON, Kate; SCHMIDT, Oliver (Org.). **Politics and Power in Haiti**. Londres: Palgrave Macmillan, 2013. p. 141–159. DOI: 10.1057/9781137312006_7. ISBN 978-1-349-45710-6.

FISHEL, J.; SAENZ, A. **Capacity-building for peacekeeping: the case of Haiti**. Washington, D.C.: National Defense University Press, 2007.

GIANNINI, Renata Avelar; COSTA, Ivana Mara Ferreira da. **A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil na MINUSTAH**. Separata de: HAMANN, Dra. Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Cel. Carlos Augusto Ramires. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro-RJ: Instituto Igarapé, cap. 9, p. 75-83, 2017.

HAMANN, Dra. Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Cel. Carlos Augusto Ramires. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** Percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro-RJ: Instituto Igarapé e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, 122 p., 2017.

HYNES, William; SCOTT, Simon. The Evolution of Official Development Assistance: Achievements, Criticisms and a Way Forward. **OECD Development Co-operation Working Papers**, p. 2-25, December 2013. DOI <https://doi.org/10.1787/22220518>. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/the-evolution-of-official-development-assistance_5k3v1dv3f024-en. Acesso em: 30 jul. 2024.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em Três Momentos de Política Externa: Os Governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LOPES, L. L. A. **A cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doador** (Dissertação de Mestrado). UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, SP, Brasil, 2008.

MARQUES, Pâmela Marconatto. Narrando Revoluções com os Pés no

Haiti: A Revolução haitiana por Michel-Rolph Trouillot e outros intelectuais caribenhos. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v.11, n.3, p.137-158. 2017.

NEW DEVELOPMENT BANK, New Development Bank General Strategy for 2022-2026: **Scaling Up Development Finance for a Sustainable Future**, 2022. Disponível em: https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/07/NDB_StrategyDocument_Eversion-1.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

OECD. **The Story of Official Development Assistance**. Paris: OECD Publishing, 1994. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/OCDE/GD\(94\)67/en/pdf](https://one.oecd.org/document/OCDE/GD(94)67/en/pdf). Acesso em: 31 jul. 2024.

OLIVEIRA, Amâncio J. N. de, ONUKI, Janaina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**, vol. 28, nº 2, julho/dezembro, 2006.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **New UN System Approach on Cholera in Haiti**. Disponível em: http://www.un.org/News/dh/infocus/haiti/Haiti_UN_System_Cholera.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

PIARROUX, Renaud et al. Understanding the Cholera Epidemic, Haiti. **Emerging Infectious Diseases**, v. 17, n. 7, p. 1161-1167, jul. 2011. DOI: 10.3201/eid1707.110059.

PIERRE-CHARLES, Gérard. Crisis del Estado e intervención internacional en Haití. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, Argentina, ano 5, n. 13, p. 209-220, 2004.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development Report 2023-24: Overview**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24overviewen.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

RENZIO, Pedro de; SEIFERT, Jurek. South–South cooperation and the future of development assistance: mapping actors and options. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 10, p. 1860-1875, 2014.

RICUPERO, Rubens. **A Diplomacia na Construção do Brasil. 1750-2016.** Rio de Janeiro-RJ, 1. ed. Versal Editores, 2016.

SÁ E SILVA, M. M. de. **Catalisadores e Empecilhos ao Compartilhamento de Políticas de Direitos Humanos por meio da Cooperação Sul-Sul.** Buenos Aires: Clacso, 2016.

SARAIVA, Mirian Gomes As estratégias de cooperação Sul Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 50, 2007

SIMÕES, Antonio José Ferreira. **Brasil e Haiti: parceria em busca de um futuro melhor. In: III Seminário Brasil-Noruega Sobre Paz e Reconciliação.** Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 11-28, 2011.

THE GROUP OF 77. **The Group of 77 at the United Nations.** Disponível em: <https://www.g77.org/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

UNITED NATIONS. **Past Peacekeeping Operations.** Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/past-peacekeeping-operations>. Acesso em: 18 mar. 2025.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2010.

VAHEDI, Luissa; STUART, Heather; ETIENNE, Stéphanie; LEE, Sabine; BARTELS, Susan A. The distribution and consequences of sexual misconduct perpetrated by peacekeepers in Haiti: an exploratory cross-sectional analysis. **Social Sciences**, v. 10, n. 7, p. 270, 2021.

VALENÇA, M.; CARVALHO, G. (2014). “Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy”. **Brazilian Political Science Review**, v.8, n.3, pp. 66-94, 2014.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana: A Cooperação Técnica Como Instrumento De Solidariedade E De Ação Diplomática.** Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 396 p. ISBN 978-85-7631-082-2, 2007.

VIEIRA NETO, General Floriano Peixoto. Epopeia militar brasileira no Haiti. Separata de: HAMANN, Dra. Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Cel. Carlos Augusto Ramires. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro-RJ: Instituto Igarapé**, cap. 2, p. 16-23, 2017.

WOLKMER, Antonio Carlos; BRAVO, Efendy Emiliano Maldonado; FAGUNDES, Lucas Machado. Historicidade Crítica do Constitucionalismo Latino-Americano e Caribenho. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro-RJ, v. 8, n. 4, p. 2843-2881, 2017.